

2º Encontro da SBPC em MS/ XI ENEPEX / XIX ENEPE/ 22ª SNCT - UEMS / UFGD 2025

AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: CARTOGRAFIA DA POLÍTICA COMO TEXTO NO BRASIL E NO URUGUAI

Instituição: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Maracaju

Área temática: Ciências Humanas – Educação

RIVEROS CHÁVEZ, Mirian Miguela¹ (mirian.riveros@uems.br); SILVA, Wilker Solidade² (wilker.solidade@uems.br).

1 – Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia, UEMS, Unidade Universitária de Maracaju, Brasil

2 – Professor Orientador, Licenciatura em Pedagogia, UEMS, Unidade Universitária de Maracaju, Brasil

A persistência de desigualdades estruturais no acesso ao ensino superior, especialmente em razão de critérios socioeconômicos e étnico-raciais, impõe a adoção de medidas voltadas à inclusão social. Nesse contexto, as ações afirmativas — como a reserva de cotas e programas de apoio estudantil — são reconhecidas como instrumentos fundamentais de promoção da justiça social na América do Sul. Este estudo teve como objetivo geral identificar e caracterizar as políticas de ações afirmativas para ingresso e permanência em instituições públicas de ensino superior no Uruguai e na região Centro-Oeste do Brasil. Entre os objetivos específicos, destacam-se: mapear, por meio de plataformas e documentos oficiais, as instituições com políticas em vigor entre 2012 e 2022; catalogar informações identitárias e institucionais. A pesquisa adotou uma abordagem mista, com predominância qualitativa, fundamentada na pesquisa documental e na observação participante. Foram analisados decretos, leis (Lei nº 19.122/2013 e Lei nº 12.711/2012) e dados disponíveis nas plataformas digitais das instituições, além de ter sido realizada visita técnica à Universidad de La República (UDELAR), em Montevidéu/Uruguai. Nessa etapa, houve participação em eventos como a celebração dos 10 anos da Lei nº 19.122/2013 e o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, bem como diálogos informais com gestores e docentes. O modelo analítico-cognitivo norteou a compreensão das políticas como processos não lineares, modulados por valores e crenças de atores estatais e sociais, especialmente como respostas às reivindicações dos movimentos sociais, tanto no Brasil quanto no Uruguai. Verificou-se que, no Uruguai, são destinadas 8% das vagas em universidades e concursos públicos a pessoas autodeclaradas como afrodescendentes (afro-uruguaios). No Brasil, a reserva varia entre 40% e 50% das vagas para egressos de escolas públicas, com recorte por raça, renda e/ou condição de pessoa com deficiência. Na região Centro-Oeste, observou-se equilíbrio entre instituições federais e estaduais na adoção de cotas. O banco de dados organizado nesta primeira etapa reuniu informações relevantes sobre leis, programas de apoio e práticas adotadas pelas universidades em relação à reserva de vagas. Esse material servirá de base para estudos comparativos em andamento, vinculados ao projeto da pesquisa, com vistas a refletir sobre inclusão social e ensino superior.

Palavras-chave: Relações Étnico-Raciais, Ações Afirmativas, Uruguai, Estudo Comparado.

AGRADECIMENTOS: Agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPI/UEMS) pelo apoio financeiro concedido por meio do Edital Conjunto nº 19/2023 (PIBICin) e à Universidad de La República pela recepção e suporte durante a mobilidade acadêmica.